

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conseguimos em 9 meses implementar todas as iniciativas que nos propusemos para “fazer varejo de novo”. Melhoramos nossas lojas, a experiência do cliente e engajamento interno. Deixamos as plataformas estáveis e funcionais, melhoramos os prazos de entrega, relacionamento com fornecedores, geração de caixa e, é claro, passamos a atrair talentos nessa nova jornada. Por isso e muito mais, temos convicção de que é experimentalmente viver o ciclo positivo entre fazer varejo de novo e fazer varejo com excelência.

No início, nas lojas físicas, mudamos os incentivos e o poder de negociação dos vendedores, além do modelo de treinamento (PROVE). Tornamos tudo muito mais fácil, simples e intuitivo. Há clara evolução desde a mudança, tanto na motivação e vibração do nosso time, quanto na performance do negócio. Estamos investindo nas estruturas das lojas existentes, para proporcionar uma melhor experiência de compra e melhor ambiente de trabalho (ar condicionado, limpeza, pintura, renovação de fachada, novos layouts e outros). O sistema Via+ já está processando 70% das vendas físicas. E em breve, também terá novidades: além de novas funcionalidades de crédito, oferecerá o sortimento dos nossos sellers, ou seja, teremos nossos mais de 20 mil vendedores oferecendo produtos de nossos parceiros. O Via+ também estará disponível em versão de aplicativo na mão de cada vendedor, através de uma ferramenta móvel na qual o cliente já poderá fazer seu pagamento de forma muito mais fácil.

Colocamos foco total no Crédito. Neste trimestre observamos novamente crescimento na participação, em linha com a estratégia da Companhia. Criamos condições de aprovação de crédito por categoria e também um painel de opções que permitirá ao vendedor compor a proposta do cliente baseada em valor da entrada, valor das parcelas e número de parcelas.

Somos o maior vendedor de móveis do Brasil, e observamos crescimento 8% no setor no período. No e-commerce demos prioridade máxima para estabilizar e ampliar nossa capacidade operacional. Como sabem, realizamos a maior Black Friday do Brasil! Estamos confiantes que o processo de recuperação do 1P foi feito e seguimos com nosso projeto de transformação da plataforma. O 1P apresentou crescimento robusto de 29% no período sobre o ano passado. Já neste ano, estamos observando uma aceleração. O Marketplace (3P) continua com crescimento importante e apresentou crescimento de 58% no 4T19. Mantivermos foco total também no varejo online, que aumentou a participação em 5 p.p. no 4T19.

Nas plataformas de 1P e 3P colocamos em prática mais de 100 pacotes de melhorias para estabilização e performance. Essa higienização, alinhada ao preciso uso de dados e melhor comunicação com os clientes passaram a capturar excelente resultados que incluem aumento da conversão nas vendas e maior fidelização. Um excelente exemplo foi o crescimento no número de usuários ativos (MAU) nos aplicativos das Casas Bahia e Ponto Frio desde o início de junho/19, saindo de 1,5 milhão de usuários ativos para 5 milhões ao final do ano de 2019. Em janeiro/20, atingimos 7,6 milhões de usuários ativos, um crescimento de 5 vezes. A partir de setembro/19, revertimos a tendência de queda de visitas no canal Online (desk, mobile e app), aumentando de patamar, inclusive. Se compararmos os períodos de dezembro/19 aos de dezembro/18, o número de visitas nestes canais digitais cresceu 50%. Já no app, o crescimento foi superior, saltando mais de 175%. Em fevereiro/20, versus ao mesmo período do ano anterior, o crescimento de visitas no app foi ainda mais surpreendente, cerca de 300%.

No marketing, voltamos a ter presença expressiva e relevante na mídia. De forma inteligente, passamos a combinar ações customizadas na TV, como patrocínio de futebol e novelas, com projetos digitais especialmente desenhados para atender consumidores em diferentes geografias e mensagens distintas, utilizando muito mais nossa base de dados.

Em logística, a integração dos estoques do mundo físico e online foi concluída. Terminamos o 4T19 com 26% das vendas no canal online sendo retiradas em loja, lembrando que fizemos um frezing do Retira Rápido para a Black Friday. Em dezembro, como a plataforma respondeu muito bem, mostramos grande melhoria atingindo 31% das vendas no Retira Rápido, disponível em 100% das lojas. Nas entregas, tivemos excelente evolução nos prazos: as entregas em 24 horas saíram de 7% para 26%, em 48 horas saíram de 28% para 47% para todo país. No 2º semestre, iremos capturar ganhos com a instalação do sistema Manhattan (WMS), que reduzirá custos e aumentará o nível de serviço nos CDs. Outra excelente notícia foi dobrar o número de mercadorias expedidas nos 60 mini-hubs, mostrando que estamos no caminho certo de cada vez mais posicionar nossos produtos mais próximos aos nossos clientes. Este ano devemos passar de 60 para 120 mini-hubs.

Encerramos o 4T19 expandindo a receita bruta nas lojas físicas em 1%, enquanto no GMV Online tivemos crescimento de 35% em relação ao mesmo período do ano passado. A receita bruta consolidada foi de R\$8,9 bilhões, 3,9% superior ao 4T18. O lucro bruto consolidado foi de R\$2,3 bilhões, representando uma margem bruta de 30,2%. Nosso EBITDA ajustado atingiu R\$605 milhões e a margem EBITDA foi de 8,0 %. Excluindo o efeito do IFRS 16, o EBITDA ajustado atingiu R\$445 milhões e a margem foi de 5,8%. No período, registramos lucro líquido no valor de R\$78 milhões ao excluir os efeitos não recorrentes. Inauguramos dez (10) lojas no 4T19, totalizando 1.071 lojas. Seguimos em 2020 com a estratégia de abertura de lojas com foco nas regiões Norte e Nordeste e em regiões com potencial de crescimento e onde ainda não estamos presentes, com a avaliação contínua do desempenho do nosso parque de lojas. Nas lojas existentes, mesmo após a troca de cerca de 7 mil computadores, 20 mil cadeiras e mais de 600 intervenções em ar condicionado, mantemos investimentos em reformas.

A Companhia continuou o trabalho de aproximação com os parceiros financeiros e com as seguradoras, reforçando o relacionamento com as já existentes e, também, atraindo novos interessados. Concluímos o alongamento de uma dívida que teria o vencimento em fevereiro/20 para dezembro/21, através de uma emissão de Debênture em dezembro/19, com vencimento de 2 anos, reforçando a confiança do parceiro no projeto e garantindo maior liquidez. Além disso, mantivemos o movimento de adequação dos estoques e otimização do capital de giro. Terminamos o trimestre com R\$4,6 bilhões em estoques e 77 dias de cobertura, inferior aos R\$4,8 bilhões observados no 4T18. Dessa forma, seguimos comprometidos com a melhoria da liquidez financeira, que somado às diversas iniciativas operacionais em curso, tem proporcionado tranquilidade para continuar a retomada da Via Varejo.

Por fim, acreditamos que para atravessar a turbulência criada por esse cenário externo será preciso grande capacidade de adaptação, enorme agilidade e muita experiência embarcada. As mudanças feitas nesses 9 meses de transformação comprovam a capacidade que a Via Varejo tem de se adaptar a mudanças. A rapidez com que transformamos nosso negócio certifica a agilidade que possuímos hoje. No time, todos têm vivências e êxitos em cenários de crise, no varejo e em diversos setores, o que nos dá segurança de seguir com a transformação. Muitos desafios esperam o mundo nos próximos meses. Estamos seguros de ter a estratégia, a energia e o time perfeito para superá-los. Ao mesmo tempo, a agenda para 2020 ainda é muito positiva. Foram muitas conquistas até agora, mas acreditamos: nossa jornada está só começando.

Diretoria Executiva
Airfox e banQ
Realizar sonhos sempre foi, e sempre será, o propósito da nossa Companhia. Por isso aprovamos o exercício da opção de compra de 80% da Airfox (parceiro de tecnologia baseado em Boston, EUA), podendo inclusive chegar a 100%. Esta parceria criou o banQ, nossa carteira digital, que será capaz de atender todas as necessidades do dia a dia dos nossos clientes: pagar contas, carregar o bilhete único de transporte, renovar o crédito do celular, fazer depósitos e saques nas lojas, transferências, contratar serviços de streaming, transportes públicos e privados, uso de cartão pré-pago, contratação de seguros, acompanhamento e uso do cartão digital da Casas Bahia e, posteriormente, contratação de empréstimos e outros serviços. Com a aquisição passamos a ter a Airfox como nosso “lab digital”, com a missão e compromisso de desenvolver novas soluções tecnológicas para a Companhia.

Conclusão da Investigação
Conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 13 de novembro e 12 de dezembro de 2019, ao final de setembro e no início de outubro de 2019 a Companhia recebeu denúncias anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis. Tendo tomado conhecimento das alegações, a Companhia prontamente constituiu um Comitê de Investigação, que então contratou assessores externos especializados para conduzir uma investigação independente acerca do assunto. A investigação foi inicialmente dividida em duas fases, em função dos períodos investigados, sendo posteriormente acrescida de uma terceira fase com o intuito de aprofundar a análise relativa a determinados achados da segunda fase.

Em 18 de março de 2020 a Investigação Independente foi concluída, tendo o Comitê de Investigação reportado os achados e as conclusões da referida investigação à administração da Companhia. Em 25 de março de 2020, o relatório final preparado pelos assessores independentes foi apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia publicou Fato Relevante no dia 25 de março de 2020 noticiando ao mercado a conclusão e os principais achados da investigação. Cabe ainda mencionar que como resultado da Investigação Independente, a Administração da Companhia identificou e quantificou determinados ajustes às suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 conforme detalhado na nota explicativa 1.

Destaque 4T19
• **Realização da maior Black Friday do Brasil, com venda total de R\$1,1 bilhão em um dia, sendo 48% no canal Online.**
• **Crescimento de 68% do 1P em Dezembro/19 e 29% no 4T19.**
• **Crescimento robusto de 58% no 3P vs. 4T18.**
• **Abertura de 10 novas lojas no trimestre.**
• **Redução de R\$216 milhões em estoques vs 4T18.**
• **Encerramos o trimestre com caixa, incluindo recebíveis de cartão de crédito não descontados, de R\$2,2 bilhões.**

Desempenho Operacional							
Destaque	4T19	4T18		2019	2018		%
Receita Bruta	8.875	8.544	3,9%	29.848	30.583	(2,4%)	
Receita Líquida	7.613	7.519	1,3%	25.655	26.928	(4,7%)	
Margem Bruta	29,1%	26,5%	263bps	28,6%	29,8%	(119bps)	
EBITDA Ajustado*	(55)	316	(117,4%)	1.076	2.046	(47,4%)	
Margem EBITDA Ajustada	-0,7%	4,2%	(493bps)	4,2%	7,6%	(83bps)	
Lucro Líquido	(875)	(282)	Na	(1.443)	(291)	991,8%	
Caixa Líquido com recebíveis não descontados*	2.215	4.442	50,1%	2.215	4.442	50,1%	
(*) 4T19 e 2019 apresenta valores operacionais							
(*) excluindo as outras receitas e despesas operacionais							
(*) 2018 ajustado conforme IFRS 16							

Vendas Mesmas Lojas - Receita Bruta (%)							
GMV Total (e-commerce e Lojas)	4T19	4T18		2019	2018		%
	9.363	8.728	7,3%	31.207	31.084	0,4%	
GMV e-commerce	2.272	1.684	34,9%	6.357	6.007	5,8%	
GMV (1P)	1.724	1.338	28,8%	4.659	4.962	(6,1%)	
GMV Marketplace (3P)	548	346	58,3%	1.698	1.045	62,5%	
Penetração (%) e-commerce	24,3%	19,3%	0.497bps	20,4%	19,3%	0.105bps	
Penetração Retira Rápido (%) GMV e-commerce	24,1%	20,6%	0.357bps	26,7%	17,4%	0.932bps	
*Retira Rápido no critério GMV Faturado e produtos elegíveis.	26,0%	31,1%	(510bps)	27,2%	31,2%	(400bps)	

Desempenho de Receita							
R\$ milhões	4T19*	4T18		2019	2018		%
Lojas Físicas	7.091	7.043	0,7%	24.849	25.077	(0,9%)	
Online	1.784	1.417	26,0%	4.894	5.183	(5,6%)	
Atacado*	0	84	na	104	323	(67,8%)	
Receita Bruta	8.875	8.544	3,9%	29.848	30.583	(2,4%)	

(*) Canal descontinuado ao longo do 2019
Lojas Físicas
A receita bruta de lojas físicas apresentou crescimento de 0,7% vs. 4T18. As vendas “mesmas lojas” do 4T19 tiveram estabilidade, apresentando variação de (0,6%) p.p., mas já em recuperação em relação ao 3T19.

Online
O GMV Faturado foi de R\$2,2 bilhões no trimestre, atingindo crescimento expressivo de 35%. A estabilidade das ferramentas no canal online (Sites e Aplicativos), a introdução de pacote de 100 melhorias e o sucesso das iniciativas de marketing foram cruciais para excelente resultado, que teve sua virada de forma expressiva na maior Black Friday do Brasil, especialmente o 1P que reverteu a tendência de queda dos 9M19 e cresceu 29% no 4T19, atingindo R\$1,7 bilhão. Continuamos a observar uma clara evolução de performance do e-commerce este ano.

O GMV faturado do 3P apresentou crescimento de 58,3% no período, fruto da estratégia de contínua expansão no número de sellers e, maior oferta de produtos e melhoria do nível de serviço. A receita bruta do canal online apresentou crescimento de 26% no 4T19 em relação ao 4T18. Fruto das melhorias nos prazos de entrega, avanços na plataforma e ofertas de produtos, além do robusto crescimento do 3P.

Adicionalmente, gostaríamos de lembrar que encerramos a unidade de Atacado ao longo de 2019.

Abertura Receita							
R\$ milhões	4T19	4T18		2019	2018		%
Mercadoria	8.020	7.637	4,8%	26.541	27.102	(2,1%)	
Serviços de Frete e Montagem	119	122	(2,5%)	422	415	1,7%	
Serviços	277	365	(31,8%)	1.143	1.362	(19,2%)	
Crédito/Cartões	459	420	8,5%	1.742	1.704	2,2%	
Receita Bruta	8.875	8.544	3,9%	29.848	30.583	(2,5%)	
Frete, serviços, crediário e montagem	955	907	(6,1%)	3.307	3.481	(5,3%)	
% Receita Bruta Total	8,6%	10,6%	(98bps)	11,1%	11,4%	(30bps)	

No 4T19, a performance das vendas de mercadorias combinada com a maior penetração do financiamento de mercadorias, gerou impacto positivo no total da receita bruta da Companhia. A estabilidade da taxa de juros e da inflação, a melhoria do grau de confiança dos consumidores e a nova estratégia da Companhia, favoreceram o crescimento da demanda por crédito no 4T19. Neste contexto, a Companhia intensificou os seus esforços para a expansão do Carnê, cuja participação na composição de vendas (+0,5p.p.) e receita (+8,5%) cresceram no período. Nas lojas, no 4T19, a participação do Carnê foi de 14,4%, superior em 1,6p.p. em relação ao 4T18.

Composição das vendas por meios de pagamento							
	4T19	4T18		2019	2018		%
A vista	24,0%	23,7%	30bps	22,4%	24,0%	(160bps)	
Carnê	10,8%	10,3%	50bps	11,3%	10,6%	70bps	
Cartão de Crédito - Co-branded	12,0%	12,2%	(20bps)	11,1%	11,6%	30bps	
Cartão de Crédito - Outros	53,2%	53,8%	(60bps)	54,5%	53,7%	80bps	

Desempenho Financeiro							
R\$ milhões	4T19	4T18		2019	2018		%
Receitas financeiras	13	23	(43,5%)	59	56	5,4%	
Despesas financeiras	(246)	(265)	(7,2%)	(1.076)	(1.125)	(4,4%)	
Despesas Financeiras Dividas	(43)	(9)	na	(104)	(67)	55,2%	
Despesas Financeiras CDCI	(58)	(61)	(4,9%)	(238)	(260)	(8,5%)	
Custo Venda Recebível do Cartão	(37)	(94)	(60,6%)	(311)	(391)	(20,5%)	
Juros de Passivo de arrendamento	(108)	(101)	6,9%	(423)	(407)	3,9%	
Resultado financeiro antes de atualizações	(233)	(242)	(3,7%)	(1.017)	(1.069)	(4,9%)	
% Receita Líquida	(3,1%)	(3,2%)	16bps	(4,0%)	(4,0%)	1bps	
Outros	48	(29)	na	55	(78)	na	
% Receita líquido	(1,8%)	(2,6%)	(30,7%)	(9,6%)	(1,4%)	(16,1%)	
Resultado financeiro líquido	(185)	(267)	(30,7%)	(962)	(1.147)	(16,1%)	
% Receita Líquida	(2,4%)	(3,6%)	112bps	(3,7%)	(4,3%)	51bps	

No 4T19, o resultado financeiro líquido antes de atualizações atingiu R\$233 milhões, 3,7% abaixo do 4T18, representando 3,1% da receita líquida. No ano, a redução no resultado financeiro líquido foi de 16,1% atingindo 2,4% da receita líquida.

Resultado financeiro							
R\$ milhões	2019	2018		2019	2018		(+/-)
(+/-) Estoques	4.565	4.781	(216)				
Dias Estoques¹	77	78	(1 dia)				
(+/-) Fornecedores²	7.925	9.073	(1.148)				
Dias Fornecedores Totais³	133	149	(16 dias)				
Variação Ciclo Financeiro	3.360	4.292	(932)				

(¹) Dias de CMV
(²) Fornecedores + Fornecedores Convênio

Encerramos o 4T19 com redução nos estoques e fornecedores, observando uma variação de R\$ 932 milhões no ciclo financeiro. Novamente, houve importante redução de estoques (redução de R\$ 216 milhões vs 4T18 devido a estratégia bem-sucedida da Companhia na Black Friday. Na conta fornecedores, reduzimos os prazos, em dias, conforme estratégia adotada pela nova gestão.

Encerramos o trimestre com uma posição de Caixa Líquido Ajustado de R\$ 2.215 milhões, incluindo a carteira de recebíveis não descontados no valor de R\$ 3.004 milhões. A variação frente ao 4T18, apesar da redução de estoques, está relacionada com a menor geração de caixa operacional nos 9M19 e redução do prazo médio de pagamentos.

Inadimplência crediário: Acima de 90 dias (%) e Efic Encadeado (%)
A inadimplência de nossa carteira de crediário, acima de 90 dias, está no patamar mais baixo dos últimos 2 anos para o período. Continuamos investindo nos processos e sistemas de controle de riscos, bem como na melhoria da experiência dos nossos clientes.

O EFIC, que representa a porcentagem da carteira em dia lançada à perda, encontra-se no patamar mais baixo dos últimos quatro anos para o período.

No 4T19 mantivemos aproximadamente 90% das decisões de crédito realizadas através de sistema automatizado.

Investimentos							
R\$ milhões	4T19	4T18		2019	2018		%
Logística	7	17	(61,3%)	28	44	(36,2%)	
Lojas	18	63	(72,1%)	97	133	(27,5%)	
Reforma de lojas	13	12	4,9%	54	80	(32,8%)	
TI	69	111	(37,6%)	225	377	(40,3%)	
Outros	8	6	28,9%	33	29	11,5%	
Total	114	209	(45,6%)	436	664	(34,3%)	

No 4T19 os investimentos da Via Varejo totalizaram R\$ 114 milhões, direcionados principalmente para a abertura de novas lojas e evolução tecnológica, divididos conforme o quadro abaixo:

Movimentação de Lojas por Formato							
Casas Bahia	31.12.2018	30.09.2019	Abertas	Fechadas	31.12.2019		
Rua	619	660	8	0	668		
Shopping	179	182	2	0	184		
Quiosque	9	3	0	0	3		
Consolidado (total)	807	845	10	0	855		
Área de Vendas (mil m²)	924	938	7	0	946		
Área Total (mil m²)	1.261	1.286	12	0	1.298		
Ponto Frio	31.12.2018	30.09.2019	Abertas	Fechadas	31.12.2019		
Rua	124	112	0	0	112		
Shopping	98	101	0	0	101		
Quiosque	6	3	0	0	3		
Consolidado (total)	228	216	0	0	216		
Área de Vendas (mil m²)	141	134	0	0	134		
Área Total (mil m²)	188	180	0	0	180		
Consolidado	31.12.2018	30.09.2019	Abertas	Fechadas	31.12.2019		
Rua	743	772	8	0	780		
Shopping	277	283	2	0	285		
Quiosque	15	6	0	0	6		
Consolidado (total)	1.035	1.061	10	0	1.071		
Área de Vendas (mil m²)	1.065	1.072	7	0	1.079		
Área Total (mil m²)	1.449	1.466	12	0	1.478		

Informações Operacionais							
Demonstração do Resultado Consolidado							
R\$ milhões	4T19	4T18	Δ	2019	2018	Δ	
Receita Bruta	8.875	8.544	3,9%	29.848	30.583	(2,4%)	
Receita Líquida	7.613	7.519	1,3%	25.655	26.928	(4,7%)	
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.372)	(5.484)	(2,0%)	(18.131)	(18.730)	(3,2%)	
Depreciação (Logística)	(26)	(45)	(42,2%)	(181)	(171)	5,8%	
Lucro Bruto	2.215	1.990	11,3%	7.343	8.027	(8,5%)	
Despesas com Vendas	(1.923)	(1.434)	34,1%	(5.564)	(5.158)	7,9%	
Despesas Gerais e Administrativas	(388)	(304)	27,6%	(931)	(404)	10,0%	
Resultado da Equivalência Patrimonial	15	19	(21,1%)	47	40	17,5%	
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(771)	(265)	190,9%	(1.235)	(539)	129,1%	
Total das Despesas Operacionais	(3.067)	(1.984)	54,6%	(7.683)	(6.691)	14,8%	
Depreciação e Amortização	(202)	(155)	30,3%	(702)	(613)	14,5%	
EBIT - Lucro Operacional antes Impostos e Receita (Despesa) Financeiras	(1.054)	(149)	Na	(1.042)	723	Na	
Resultado Financeiro Líquido	(185)	(267)	(30,7%)	(962)	(1.147)	(16,1%)	
Lucro Operacional antes do I.R.	(1.239)	(416)	Na	(2.004)	(424)	Na	
Imposto de Renda	364	134	171,6%	571	133	Na	
Lucro Líquido (Prejuízo)	(875)	(282)	Na	(1.433)	(291)	Na	
EBIT - Lucro Operacional antes Impostos e Receita (Despesa) Financeiras	(1.054)	(149)	Na	(1.042)	723	Na	
Depreciação (Logística)	26	45	(42,2%)	181	171	5,8%	
Depreciação e Amortização	202	155	30,3%	702	613	14,5%	

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019									
	Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma									
	Atribuível aos acionistas da Companhia									
	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes				
	Notas	(1.232)	Especial de ação	Opções de capital	Acões em tesouraria	Orçamento de capital	Investimentos			Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 - original	2.896	(1.232)	279	8	64	109	158	538	(47)	2.773
Ajustes ao saldo inicial								(500)		(500)
Saldos em 1º de janeiro de 2018 - reapresentado	2.896	(1.232)	279	8	64	109	158	38	(47)	2.273
Prejuízo do exercício									(291)	(291)
Ajustes de instrumentos financeiros									1	1
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros									4	4
Resultado abrangente total									(291)	(291)
Aumento de capital	20 (a)	3								3
Opções outorgadas reconhecidas	20 (c)				11					11
Acções em tesouraria	20 (b)					(1)				(1)
Mutação de patrimônio líquido de coligada								(1)		(1)
Absorção de prejuízos acumulados						(96)	(158)	(37)		291
Saldos em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado	2.899	(1.232)	279	8	75	(1)	13		(42)	1.999
Prejuízo do exercício									(1.433)	(1.433)
Ajustes de instrumentos financeiros									(10)	(10)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros									4	4
Resultado abrangente total									(1.433)	(1.439)
Aumento de capital	20 (a)	4								4
Opções outorgadas reconhecidas	20				14					14
Absorção de prejuízos acumulados						(13)				13
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.903	(1.232)	279	8	89	(1)			(48)	578

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo"), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras "Casas Bahia" e "Ponto Frio", além das plataformas de *e-commerce* "pontofrio.com", "casasbahia.com" e "extra.com.br". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código "VVVAR3". Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 16 Centros de Distribuição e Entrepósitos e realizava suas vendas por meio de 1.070 Filiais ativas (854 com a bandeira Casas Bahia e 216 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 290 eram localizadas em *shopping centers* e 780 eram lojas de rua, lojas essas localizadas em todas as regiões do país. *Cisão parcial e incorporação da Cnova Brasil:* Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova Brasil com incorporação da parcela cindida pela Via Varejo. Vide no quadro a seguir, a composição do acervo líquido incorporado.

	01.07.2019	Passivos Circulantes	01.07.2019
Caixa e equivalentes de caixa	18	Fornecedores	492
Contas a receber	467	Empréstimos e financiamentos	1
Estoque	405	Receitas diferidas	24
Tributos a recuperar	435	Partes relacionadas	1.604
Partes relacionadas	400	Passivo de arrendamento	27
Outros ativos	10	Outros passivos	197
Total dos ativos circulantes	1.735	Total dos passivos circulantes	2.345
Não circulantes		Não circulantes	
Contas a receber	7	Empréstimos e financiamentos	2
Tributos a recuperar	412	Receitas diferidas	89
Tributos diferidos	87	Provisão para demandas judiciais	31
Depósitos judiciais	11	Passivo de arrendamento	91
Imobilizado	29	Total dos passivos não circulantes	213
Ativo de direito de uso	35	Total dos passivos	2.558
Intangível	32		
Total dos ativos não circulantes	613		
Total dos ativos	2.348	Acervo líquido incorporado	(210)

Venda de participação societária relevante na Companhia: Em 14 de junho de 2019, a Companhia divulgou um Fato Relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral comunicando que, em decorrência da realização da B3, a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (até então sua controladora) alienou a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, pelo montante total de R\$2.301. Como consequência, a partir da referida data, os acionistas com participação relevante (5% ou mais) no capital social da Companhia passaram a ser: Michael Klein, Twins Fundo de Investimento Multimercado (fundo vinculado ao Michael Klein); Goldentree Fundo de Investimento em Ações; EK-VV Limited e fundos de investimentos geridos pela XP Gestão de Recursos Ltda. Com relação ao restante do capital da Companhia, aproximadamente 67% pertence a acionistas que, individualmente, detêm menos do que 5% de participação e, 0,02% corresponde a ações em tesouraria. Como consequência da alienação da totalidade da participação societária detida pela CBD no capital social da Companhia, houve a dispersão do controle acionário da Via Varejo. **Investigação Independente:** Conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 13 de novembro e 12 de dezembro de 2019, ao final de setembro e no início de outubro de 2019 a Companhia recebeu denúncias anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis. Tendo tomado conhecimento das alegações, a Companhia prontamente constituiu um Comitê de Investigação, que então contratou assessores externos especializados para conduzir uma investigação independente acerca do assunto. A investigação foi inicialmente dividida em duas fases, em função dos períodos investigados, sendo posteriormente acrescida de uma terceira fase com o intuito de aprofundar a análise relativa a determinadas achados da segunda fase. Em 18 de março de 2020, a investigação independente foi concluída, tendo o Comitê de Investigação comunicado tal fato à Diretoria da Companhia. Em 25 de março de 2020, o relatório final preparado pelos assessores independentes foi apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia publicou Fato Relevante no dia 25 de março de 2020 noticiando ao mercado a conclusão e os principais achados da investigação. Como resultado da Investigação Independente, a Administração da Companhia identificou e quantificou determinados ajustes às suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes de fraude, erro e mudança de estimativa. Os ajustes decorrentes de fraude estão detalhados abaixo, sendo que os ajustes decorrentes de erro e de mudança de estimativa encontram-se refletidos nestas demonstrações financeiras e detalhados em suas diversas notas explicativas. Provisões trabalhistas: A provisão trabalhista é calculada considerando, dentre outros fatores, o valor médio de pagamento por cargo nos últimos 24 meses. Durante o processo de investigação independente constatou-se que em determinados casos foram realizados ajustes manuais em cargos de reclamantes de forma a reduzir artificialmente a provisão trabalhista, caracterizando fraude contábil. Em função de tais achados, a Companhia contratou uma assessoria especializada para analisar 100% da base de cargos que vinha sendo utilizada para cálculo de suas provisões trabalhistas, o que resultou em um ajuste, em virtude da correção dos cargos, em 31 de dezembro de 2019 no valor total de R\$15. Diferimentos: Durante a investigação independente foi identificada uma prática de diferimento de determinados lançamentos contábeis pela Companhia, incluindo a baixa de ativos e a contabilização de passivos, fazendo com que estes não fossem registrados integralmente de acordo com a competência dos lançamentos originais. Em diversos casos os diferimentos corriam dentro de um mesmo exercício social (apesar de em trimestres distintos), não gerando, portanto, ajustes às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Dentre todos os casos identificados, apenas dois demandaram ajustes às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$8. A Companhia já tomou as providências necessárias para evitar que esta prática ocorra novamente. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e remuneração baseada em ações. **2.3. Declaração de conformidade:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2020. **2.4. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia afirma que apurou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requisitos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisão. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferida, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. **3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas:** a) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos: O IASB emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - Leases e em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 - "Operações de Arrendamento" que entrou em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019 em substituição a IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento" e correspondentes interpretações. Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante. A contabilização do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia adotou o IFRS 16 e optou pela aplicação da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período prático e, consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguel de lojas, atualmente 1.362 contratos, estando eles subdivididos entre: centros de distribuição, entrepostos comerciais e imóveis administrativos mantidos, até a adoção da norma, como arrendamento mercantil operacional. As alterações significativas decorrentes da adoção inicial do CPC 06(R2) (IFRS 16) foram: **• Começo do prazo de arrendamento** - a Companhia definiu como início do prazo de arrendamento a data de assinatura dos contratos, que é a data quando ela detém o controle operacional do imóvel, e quando o locador permite, por exemplo, executar as reformas necessárias na loja; **• Prazo de arrendamento** - período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento do imóvel. A Companhia adotou o prazo contratual adicionado do tempo de extensão garantido pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato"), que concede ao arrendatário (Companhia) o direito à renovações contratuais (enforceable right), quando determinadas condições forem atendidas. A Companhia tem obtido sucesso nas renovações contratuais dos arrendamentos, quando necessário invocar a referida lei; **• Contratos com prazo indeterminado** - a Companhia é arrendatária em alguns contratos com prazo indeterminado. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento sem multa significativa, o entendimento da Companhia é de que esses contratos não se enquadram como arrendamento e, por isso, devem ter suas respectivas despesas reconhecidas no resultado ao longo do prazo de acordo com o prazo do arrendamento; **• Pagamentos fixos em essência** - são os pagamentos ao arrendador os quais a Companhia deverá cumprir durante o prazo do arrendamento. A Companhia determinou como pagamentos fixos em essência, os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais brutos dos efeitos de PIS e COFINS pagos pelo arrendador, quando aplicável). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrentes do faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento; **• Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário** - a Companhia considerou para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, as taxas de juros necessárias para adquirir ativos (principalmente lojas e centros de distribuição) em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura (os quais incluem algumas premissas como prazo do arrendamento, valor negociado, e condição física do ativo). As taxas adotadas consideram o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias dadas nas operações de financiamento. Essas taxas de juros foram calculadas pelo período do arrendamento, que considera a intenção de renovação; **• Depreciação dos ativos de direito de uso** - os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo (loja ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será seu respectivo prazo contratual. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que houver alterações nos planos comerciais e estratégicos, além da intenção dos locadores na continuidade dos contratos; **• Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento** - o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício à medida que são incorridos; **• Valor recuperável dos ativos de direito de uso** - a Companhia aplicará o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuando periodicamente as estimativas do valor recuperável, com base em parâmetros gerenciais de rentabilidade das lojas e dos centros de distribuição. Os quadros a seguir demonstram os ajustes de períodos anteriores, sendo eles tão somente em virtude da aplicação da IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019					
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Controladora		Consolidado		
	Notas	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2018
		representado	representado	representado	representado
Receitas		27.778	24.563	29.283	29.991
Venda de mercadorias e serviços	21	28.314	25.074	29.848	30.583
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(541)	(517)	(585)	(630)
Outras receitas		5	6	20	38
Insumos adquiridos de terceiros		(22.250)	(19.412)	(23.538)	(23.912)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(18.568)	(16.504)	(19.407)	(19.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.462)	(2.883)	(3.898)	(3.822)
Recuperação (perda) de valores ativos		(220)	(25)	(233)	(94)
Valor adicionado bruto		5.228	5.151	5.745	6.079
Depreciações e amortizações	11 e 12	(834)	(681)	(883)	(785)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		4.694	4.470	4.862	5.294
Valor adicionado recebido em transferência		(31)	(28)	239	182
Resultado de equivalência patrimonial	10	(211)	(181)	47	40
Receitas financeiras	24	180	133	192	142
Valor adicionado total a distribuir		4.663	4.442	5.101	5.476
Distribuição do valor adicionado		4.663	4.442	5.101	5.476
Pessoal		3.903	2.917	4.042	3.160
Remuneração direta		1.737	1.869	1.827	2.047
Benefícios		249	236	266	273
FGTS		200	190	206	205
Demandas judiciais trabalhistas		1.685	592	1.702	595
Outras despesas com pessoal		32	30	41	40
Impostos, taxas e contribuições		1.054	675	1.285	1.271
Federais		585	283	638	299
Estaduais		396	322	567	891
Municipais		73	70	80	81
Remuneração de capital de terceiros		1.139	1.141	1.207	1.336
Juros	24	1.093	1.121	1.154	1.289
Aluguéis		31	2	38	28
Outros		15	18	15	19
Remuneração de capitais próprios		(1.433)	(291)	(1.433)	(291)
Dividendos	20 (e)	—	—	—	—
Juros sobre o capital próprio	20 (e)	—	—	—	—
Lucro (prejuízo) do exercício		(1.433)	(291)	(1.433)	(291)
Valor adicionado total distribuído		4.663	4.442	5.101	5.476

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados compreendem Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira e instrumentos financeiros - hedge de valor justo; vi. Ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente, ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. A Administração revisa a cada data de balanço o valor contábil líquido dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder valor recuperável, é constituída perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **• Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. **d) Contabilização de hedge:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*. Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos: **•** O item designado como objeto de *hedge* é classificado como "mensurado ao valor justo", e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro; **•** As alterações do valor justo do instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço. Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo: O valor justo dos instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial. **e) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo. **f) Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista em obrigatória conforme as IFRS. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** a) Política contábil: Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor. **b) Composição dos saldos:**

	Taxa média ponderada	Controladora	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018

Caixa e contas bancárias	132	112	136	120
--------------------------	-----	-----	-----	-----

Aplicações financeiras compromissadas	82,53% do CDI a.a.	1.152	2.854	1.191	3.562
---------------------------------------	--------------------	-------	-------	-------	-------

Aplicações financeiras automáticas (i)	5,89% do CDI a.a. (i)	36	23	37	29
--	-----------------------	----	----	----	----

	1.320	2.989	1.364	3.711
--	-------	-------	-------	-------

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber: a) Política contábil: Os saldos registrados no Contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos". Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras. A mensuração de Administradoras de cartões de crédito utiliza-se de operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir. **•** A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Financiamento ao consumidor CDCI, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras; **•** Para calcular a perda estimada da carteira de Financiamento ao consumidor CDCI, utiliza-se a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira. A variação da taxa de desemprego e outros índices financeiros também são observadas nesta estimativa. **•** Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito B2B e demais carteiras a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas. **b) Composição dos saldos:**

	Controladora	Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018

Administradoras de cartões de crédito	3.004	1.114	3.004	1.656
---------------------------------------	-------	-------	-------	-------

Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.529	2.297	2.529	2.297
--	-------	-------	-------	-------

Contas a receber - B2B (ii)	206	—	206	223
-----------------------------	-----	---	-----	-----

Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(489)	(427)	(489)	(498)
--	-------	-------	-------	-------

Outras contas a receber	227	245	228	307
-------------------------	-----	-----	-----	-----

	5.477	3.206	5.478	3.985
--	-------	-------	-------	-------

Circulante	5.111	3.019	5.112	3.768
------------	-------	-------	-------	-------

Não circulante	366	210	366	217
----------------	-----	-----	-----	-----

i. Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("CDCI"), conforme nota explicativa nº 13(a)(i), que podem ser parceladas em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 12 meses. ii. Referem-se a vendas realizadas a outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio. **c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:**

	Controladora	Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018

Saldo no início do exercício	(427)	(510)	(498)	(637)
------------------------------	-------	-------	-------	-------

Perda estimada registrada no exercício	(541)	(517)	(585)	(630)
--	-------	-------	-------	-------

Incorporação Cnova	(51)	600
--------------------	------	-----

☆ continuação	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma									
---------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

d) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado
Saldo no início do exercício	(42)	(51)	(94)	(92)
Adições	(41)	(42)	(48)	(78)
Perdas realizadas	44	51	63	76
Incorporação Cnova	(7)	—	—	—
Saldo no fim do exercício	(79)	(42)	(79)	(94)

8. Tributos a recuperar: Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos das operações de entrada bem como das operações de saída de mercadoria interestaduais. A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos. A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos. a) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS a recuperar (i)	2.757	2.090	2.758	2.547
PIS e COFINS a recuperar (ii)	751	360	752	745
Imposto de renda e contribuição social	208	149	225	183
INSS a recuperar	98	88	98	94
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	1	1	2	3
Outros	7	7	9	9
	3.827	2.695	3.844	3.576
Circulante	1.029	639	1.050	1.060
Não circulante	2.793	2.056	2.794	2.519

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019		
2020	316	318
2021	487	487
2022	496	497
2023	351	351
2024	330	330
2025 até 2029	778	777
	2.758	2.760

Esse plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuam para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela acima. A realização do crédito, se dá também através de processo de ressarcimento junto as secretarias de fazenda estaduais e requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada em legislação de cada UF e é seguida pela Companhia. (ii) A expectativa de realização do PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2019		
2021	498	499
	253	253
	751	752

Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções. A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua possível modulação. No entanto, os assessores jurídicos da Companhia estimam que a decisão da aplicação dos efeitos da modulação não limitará o direito da ação judicial proposta. Na melhor estimativa da Administração, os efeitos de tais créditos, do período de 2010 a fevereiro de 2017, totalizam aproximadamente R\$484 em 31 de dezembro de 2019 (R\$656 em 31 de dezembro de 2018). Estes valores consideram a atualização monetária e estão líquidos dos honorários a serem pagos aos advogados e da parcela objeto da transação acima descrita. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, considerando que a questão ainda depende de decisão final, a Companhia não registrou os créditos, se limitando exclusivamente a presente divulgação. Em dezembro de 2018, a Companhia alienou parte do direito aos créditos dessas ações para um terceiro, pelo valor total de R\$50. Em dezembro de 2019, fez uma alienação adicional pelo valor de R\$50. Ambas as alienações foram registradas na rubrica de “Receitas de venda de mercadorias e serviços” de acordo com a política contábil da Companhia. Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discute o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Os efeitos desta decisão totaliza R\$263 (em valores atualizados), sendo que destes, R\$151 deverão ser transferidos ao adquirente do crédito, conforme mencionado acima. Adicionalmente, a Companhia já habilitou esses créditos na Secretaria da Receita Federal. Os R\$112 dos créditos restantes, que não fazem parte da Escritura Pública de Concessão de Crédito, são pertencentes a Companhia e foram registrados nas rubricas de “PIS e COFINS a recuperar”, sendo o principal de R\$64 registrado em “Custo de mercadorias e serviços vendidos” e atualização monetária de R\$48 em “Resultado financeiro, líquido”.

	Ativo (Passivo), líquido		Receita (Despesa), líquida	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.2018 reapre-	31.12.2018 reapre-	31.12.2018 reapre-	31.12.2018 reapre-
	31.12.2019 sentado (*)	31.12.2019 sentado (*)	31.12.2019 sentado (*)	31.12.2019 sentado (*)
Controlador				
Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”)	—	90	—	94
(c), (d), (e), (f) (**)	—	—	(9)	(13)
(12)	(20)			
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”) (b), (d), (e)	9	(1)	—	(520)
Globox Administração e Serviços Ltda. (“GAS”) (d)	—	—	(2)	(2)
VVLog Logística Ltda. (“VVLLog”) (b), (e)	1	4	—	(76)
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova Brasil”) (d), (e)	—	1.040	—	(244)
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“Lake”)	—	1	—	—
Coligadas				
Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”) (a)	(13)	(2)	(13)	(2)
Banco Investcred Unibanco S.A. (“BINV”) (a)	5	—	5	—
Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas”) (d) (**)	—	—	1	—
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“Greenyellow”) (d) (**) (3)	—	(6)	—	(6)
Outras	(312)	(322)	(250)	(300)
Casa Bahia Comercial Ltda. (“CB”) (d), (f)	(310)	804	(258)	(213)
			(1.186)	(1.290)
			(350)	(633)
Arrendamento mercantil				
Ativo de direito de uso	1.123	1.165	1.151	1.194
Passivo de arrendamento	(1.550)	(1.530)	(1.552)	(1.570)
	(426)	(365)	(401)	(376)
Ativo - partes relacionadas				
Circulante	151	1.333	139	132
Não circulante	86	156	123	190
Passivo - partes relacionadas				
Circulante	(121)	(315)	(119)	(154)
Não circulante	—	(5)	—	(5)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3 (a)(i). (**) Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária na Companhia. Dessa forma, as empresas Sendas e Greenyellow também deixaram de ser partes relacionadas da Companhia, visto que pertencem ao grupo CBD. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 1. As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro anterior, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais: a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV; A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, as quais realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de “Receita (despesa), líquida” no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de “Receita de venda de mercadorias e serviços”, na Demonstração do resultado da Companhia. A FIC e BINV atuam como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de cartões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$202 (R\$132 em 31 de dezembro de 2018). Esses saldos estão registrados na rubrica “Contas a receber” em “Administradoras de cartões de crédito”, demonstrado na nota explicativa nº 6(b). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$15 (R\$24 em 31 de dezembro de 2018) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito. b) Contratos de mútuos com controladas: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia manteve contratos de mútuos com as controladas VVLLog e Bartira atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”)	110,0%	105,0%
VVLLog Logística Ltda. (“VVLLog”)	105,0%	105,0%

c) Operações com a CBD: A CBD, a despeito da transação descrita na nota explicativa nº 1, é ainda avalista da Companhia em um contrato de prestação de serviços, além de fiadora em determinados contratos de financiamento e aluguel. Adicionalmente, há também o reembolso de despesas com pessoal e aluguel entre as partes. A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto a CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$26 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$49 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). d) Operações de alugueis e prestação de serviços: A Via Varejo realizou operações de aluguel, compartilhamento de seus centros de distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil. A controlada Cnova Brasil realizou operações de alugueis com Sendas. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de alugueis de 301 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial (“CB”), conforme Acordo de Associação entre Via Varejo, CBD e CB. A seguir, a composição dos valores decorrentes dos contratos de arrendamento:

	Consolidado		31.12.2019		31.12.2018	
	Direito de uso	Direito de uso	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento		
Balanco patrimonial						
Companhia Brasileira de Distribuição	—	10	—	(12)		
Casa Bahia Comercial Ltda.	1.151	1.184	(1.552)	(1.558)		
Demonstração do resultado						
Companhia Brasileira de Distribuição	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018		
Casa Bahia Comercial Ltda.	Depreciação (1)	Depreciação (2)	Juros de arrendamento (188)	Juros de arrendamento (190)		

A Via Varejo ofertava seus produtos no endereço eletrônico da sua controlada Cnova Brasil, pagando uma comissão pela utilização desse espaço de venda da controlada. A Companhia reconheceu, até a data da incisão parcial da Cnova Brasil, uma despesa de R\$35 (R\$100 em 31 de dezembro de 2018). Em 2018, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Greenyellow para implementar soluções de eficiência energética em algumas filiais, com o objetivo de monitorar e garantir a redução do consumo de energia elétrica. A Greenyellow é remunerada por um percentual da redução dos custos de energia. Adicionalmente, a Greenyellow atua como fornecedora de determinados ativos classificados na rubrica de “Instalações”, do ativo imobilizado da Companhia. e) Compra e venda de mercadorias e serviços: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

	Operação		Receita (despesa), líquida	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contraparte				
Cnova	Venda de mercadorias	13	138	
CBD	Comissão por intermediação de compra	20	48	
Bartira	Compra de mercadorias	(520)	(502)	
VVLLog	Contratação de serviços de frete	(77)	(212)	
Cnova	Compra de mercadorias	(25)	(9)	

f) Acordo de associação Via Varejo, CBD e CB e instrumentos correlatos: Em 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) entre Via Varejo, CBD e CB que, dentre outros direitos, garantiu à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD e CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas ocorridas a partir de 30 de junho de 2010, mas que eram relativas a fatos ou atos sob responsabilidade dos antigos controladores das empresas constantes do referido Acordo de Associação. Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis dias da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos. Em 4 de julho de 2017, a Companhia firmou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 9 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios de CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade deles, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016. Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, o Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas. A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras. g) Remuneração da Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	
Diretoria	13	14	27	
Conselho de Administração	8	—	8	
	21	14	35	
	31.12.2018			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	
Diretoria	24	11	35	
Conselho de Administração	3	—	3	
	27	11	38	

A variação apresentada acima se refere principalmente por: (i) Diretoria – Durante o ano de 2019 não houve pagamento de participação nos lucros e resultados; (ii) Conselho de Administração – O Conselho da Companhia era formado por apenas 2 membros remunerados no período de janeiro a abril de 2018. A partir de maio de 2018, o Conselho passou a contar com 9 membros remunerados, sendo esta a quantidade de membros remunerados durante todo o exercício de 2019. 10. Investimentos e provisão para perda com investimentos em controladas: a) Política Contábil: Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. b) Saldos e movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	Lake	Bartira	Cnova Brasil (ii)	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado (*)	81	770	(484)	86
Adição de capital (i)	39	—	—	518
Equivalência patrimonial por resultado	—	—	(189)	1
Distribuição de dividendos	(12)	—	—	(15)
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(1)	—	—	—
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	—	—	1	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado (*)	107	758	(57)	72
Aumento de capital (i)	—	—	96	—

Equivalência patrimonial
Lucro não realizado nos estoques (ii)
Incorporação Cnova
Distribuição de dividendos
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes

Saldo em 31 de dezembro de 2019
(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3(a)(i). (i) Em 19, a Companhia aumentou o capital social da controlada Cnova Brasil no montante de R\$96, mediante conversão de dívidas contraídas junto à Via Varejo. (ii) Refere-se ao efeito do lucro nos estoques decorrentes das transações de venda de mercadorias da controlada Bartira para a Via Varejo até 31 de dezembro de 2019, que fazem parte do estoque da Via Varejo e que ainda não foram revendidas a terceiros (fora do Grupo Econômico). (i) FIC e BINV: São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle, por meio de participação no Conselho de Administração das coligadas. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

	Controladora		Consolidado	
	Lake	Bartira	Cnova Brasil (ii)	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado (*)	47	(12)	(240)	5
Equivalência patrimonial	—	(11)	—	—
Distribuição de dividendos e JCP	—	—	210	—
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(4)	—	—	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	—	—	—	—
Equivalência patrimonial por resultado	150	735	16	72
Distribuição de dividendos	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150	735	16	72

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado (*)	7.086	5.691	640	474
Equivalência patrimonial	51	5.759	640	474
Distribuição de dividendos e JCP	6.185	5.031	563	416
Mutação de patrimônio líquido de coligada	21	10	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2018	931	709	74	55
Equivalência patrimonial por resultado	7.137	5.750	640	474
Distribuição de dividendos	1.207	881	81	18
Saldo em 31 de dezembro de 2019	253	441	321	26

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A. Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia. 11. Imobilizado: a) Política contábil: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado (*)	7.086	5.691	640	474
Equivalência patrimonial	51	5.759	640	474
Distribuição de dividendos e JCP	6.185	5.031	563	416
Mutação de patrimônio líquido de coligada	21	10	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2018	931	709	74	55
Equivalência patrimonial por resultado	7.137	5.750	640	474
Distribuição de dividendos	1.207	881	81	18
Saldo em 31 de dezembro de 2019	253	441	321	26

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior. Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques. **Redução ao valor recuperável (*impairment*):** O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outros receitas (despesas) operacionais”. Anualmente a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado de imóveis e equipamentos, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras. b) Estimativas e premissas contábeis: A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e testa a recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas: i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa; ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

comerciais de serviços financeiros (receita diferida). Tais garantias e fianças bancárias são outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição - garantias corporativas - sendo que a Companhia paga comissão por estas. Até 31 de dezembro de 2019 as garantias somavam R\$ 2.394. O custo anual das garantias é de aproximadamente 0,61% sobre o valor garantido, sendo registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo. **18. Operações de arrendamento mercantil:** a) Política Contábil: O CPC 06(R2)/ IFRS16 - Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia incorreu, respectivamente, com despesas variáveis de arrendamento de R\$ 52 e R\$ 56 na Controladora (R\$ 52 e R\$ 56 no Consolidado). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato. b) Composição dos saldos e movimentação:

	Controladora	Consolidado
Ativo de direito de uso	3.290	3.363
Saldo em 31 de dezembro de 2017	535	544
Adição e remensuração	(29)	(33)
Depreciação	(462)	(473)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.334	3.401
Adição e remensuração	935	941
Depreciação	(167)	(173)
Incorporação Cnova	34	(529)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.612	3.640

Classificação da depreciação do ativo de direito de uso na Demonstração do resultado: Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e juros do passivo de arrendamento no custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora	Consolidado
Depreciação	31.12.2019	31.12.2018
Juros	111	97
Passivo de arrendamento	143	132
	143	148

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.050	4.224
Adição e remensuração	522	532
Depreciação	(34)	(34)
Depreciação	(401)	(422)
Depreciação	(402)	(417)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.137	4.300
Adição e remensuração	934	939
Depreciação	(167)	(167)
Depreciação	(466)	(497)
Depreciação	(406)	(415)
Juros incorridos	413	423
Incorporação Cnova	118	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.567	4.583
Circulante	607	609
Não circulante	3.936	3.974

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado		
Ano	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2020	974	(367)	607	981	(372)	609
2021	889	(327)	562	896	(332)	564
2022	883	(283)	600	890	(287)	603
2023	808	(237)	571	815	(241)	574
2024	670	(195)	475	677	(199)	478
2025	572	(159)	413	579	(162)	417
Mais de 5 anos	1.669	(354)	1.315	1.699	(361)	1.338
Total	6.465	(1.922)	4.543	6.537	(1.954)	4.583

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 492 na Controladora e R\$ 499 no Consolidado. e) Contratos por prazo e taxa de desconto:

		Taxa média % a.a.
	Adoção inicial	Em 31.12.2019
Até 5 anos	8,54%	7,30%
De 6 a 10 anos	8,08%	6,56%
De 11 a 15 anos	13,55%	13,44%
De 16 a 20 anos	13,63%	11,26%

f) Informações adicionais: Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias dadas nas operações de financiamentos. Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários, e para resguardar a representação fidedigna e para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019	31.12.2019	01.01.2019	31.12.2019
Fluxo Real				
Passivo de arrendamento	6.337	6.465	6.564	6.537
Juros embutidos	(2.200)	(1.922)	(2.264)	(1.954)
	4.137	4.543	4.300	4.583
Fluxo Inflacionado				
Passivo de arrendamento	7.733	7.907	7.999	7.999
Juros embutidos	(2.930)	(2.540)	(3.012)	(2.583)
	4.803	5.367	4.987	5.416

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados à inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal, já mencionadas na nota explicativa 3.a e demonstradas na nota explicativa.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante em nossos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado. **19. Receitas diferidas:** a) Política contábil: As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas. b) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
Garantias complementares ou estendidas (i)	31.12.2019	31.12.2018
Banco Bradesco e Banco Bradescard(ii)	1.260	1.396
Seguros e serviços (iii)	240	332
Direitos outorgados	128	135
Outros	7	2
	1.635	1.894
Circulante	369	380
Não circulante	1.266	1.514
	1.266	1.605

(i) Garantias complementares ou estendidas: Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O aditivo tem término previsto para janeiro de 2026. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$537 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. (ii) Operação de cartões e correspondente bancário: Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato atrela e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos, relacionados à marca "Casas Bahia" e disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remuneração adicional, no valor de R\$154. O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto a remuneração adicional de R\$154 será realizada conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021. Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$80, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos. (iii) Seguros e serviços: Em 26 de junho de 2018 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica, de acordo com os termos e condições estabelecidos no contrato com vigência até 2024. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$95 para Via Varejo e R\$ 5 para Cnova Brasil, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos. (iv) Seguros e serviços: Em 26 de junho de 2018 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica, de acordo com os termos e condições estabelecidos no contrato com vigência até 2024. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$95 para Via Varejo e R\$ 5 para Cnova Brasil, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas. c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como "Não circulante":

	Controladora	Consolidado
2020	318	318
2021	332	332
2022	305	305
2023	290	290
2024	21	21
Mais de 5 anos	21	21
Total	1.266	1.266

20. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$2.903 (R\$2.899 em 31 de dezembro de 2018) e estava representado por 1.299.653 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 houve aumento de capital da Companhia devido ao exercício de planos de opções de ações, a seguir:

	Saldo em Reais	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais (*)
Data do aumento de capital			
27/04/2018	235.573,99	31.686	63.372
23/07/2018	2.400.832,51	692.308	1.384.616
26/09/2018	88.111,25	19.866	39.732
24/10/2018	24,48	2.448	4.896
07/12/2018	320,18	96.054	—
19/02/2019	155,85	46.755	—
23/04/2019	75.988,36	74.376	—
23/07/2019	3.168.753,16	4.188.756	—
13/08/2019	233.326,22	185.649	—
12/09/2019	114.844,82	64.644	—
13/11/2019	1.260.388,11	789.612	—

(*) Em 26 de novembro de 2018 a Companhia finalizou o processo de sua migração ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, de modo que passou a operar apenas com ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria: Em razão da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de resgate aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. Um acionista da Companhia optou pelo exercício do direito de resgate, totalizando 300 mil ações preferenciais, correspondente, à época, a 0,04% do total de ações preferenciais da Companhia. O valor de reembolso foi calculado com base no Patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (R\$2,29 por ação), totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018. As 300 mil ações foram recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. c) Reservas de capital: (i) Especial de ágio: O valor registrado na rubrica "Reserva especial de ágio" decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo. (ii) Opções outorgadas: A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia. Política contábil: Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (líquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro). O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfetias ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Quando uma operação liquidadada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidadada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidadada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício. Plano de opção de compra de ações (líquidável em títulos patrimoniais): A Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014, (denominados "Planos A e B") e um plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2019 ("Plano Especial" ou "Plano E"). As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado aos beneficiários de tais planos o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos referidos planos são pessoais e intransferíveis. Conforme previsto nos Planos A e B, ambos, adotados em 22 de outubro de 2018, para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, e no Plano Especial, cada opção assegura ao seu beneficiário o direito de subscrever ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários dentro do período previsto nos planos, após o término do período de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de impedimento para venda ou qualquer outra forma de transferência das ações adquiridas no exercício da opção. No âmbito dos Planos A e B, em maio de 2018 foram outorgadas 3.183.234 opções de compra de ações com o período de carência ("vesting") de três anos, em outubro de 2018 foram outorgadas 330.036 opções de compra de ações com o período de *vesting* de dois anos e oito meses; e em março de 2019, foram outorgadas 336.971 opções de compra de ações com o período de carência ("vesting") de até 2 anos e 5 meses. No âmbito do Plano Especial, em setembro de 2019 foram outorgadas opções vinculadas a 51.944.531 ações ordinárias com o período de carência de até 4 anos e 10 meses. Conforme os termos do Plano Especial, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de ações condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada ação está sujeita à valorização e flutuação de preço no tempo. A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício em reais (*)	Quantidade de opções de ações em 31.12.2018	Opções outorgadas em novos prazos	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções de ações em 31.12.2019
A4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 1,76	4.387.981	—	(1.490.833)	(270.812)	186.336	—
B4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 0,01	4.545.178	—	(2.244.574)	(2.300.424)	—	—
C1	31/10/2016	20/11/2018	R\$ 0,01	188.088	—	(188.088)	—	—	—
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 7,24	1.415.025	—	(1.015.071)	(10.170)	389.784	—
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 0,01	1.415.025	—	(797.937)	(227.304)	389.784	—
A5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 5,05	165.018	—	(165.018)	—	—	—
B5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 0,01	165.018	—	(165.018)	—	—	—
A5	26/03/2019	30/05/2019	R\$ 0,01	—	33.309	(9.159)	(24.150)	—	—
B5	26/03/2019	30/05/2020	R\$ 0,01	—	93.483	(59.958)	(33.525)	—	—
B5	26/03/2019	30/05/2021	R\$ 0,01	—	210.180	(166.773)	(43.407)	—	—
E	12/09/2019	12/07/2024	R\$ 4,97	—	51.944.531	—	51.944.531	—	—

(*) Decorrente do processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, conforme nota explicativa nº 1, o quadro acima está apresentado em quantidade de ações. Para as opções outorgadas em 2016 e 2018, não houve quaisquer opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que não sejam através de rescisão de vínculo empregatício. O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$14 (R\$3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (*Phantom Shares*): Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle. Conforme previsto no referido plano, adotado em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada *Phantom Share* equivale a 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo. Em 28 de maio de 2019, a Companhia outorgou aos beneficiários do número total de 1.312.385 phantom shares, equivalentes a 3.937.155 ações ordinárias de emissão da Companhia. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle durante o período de 3 anos contados da data de outorga, o prêmio será pago no mês subsequente à data de apuração. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo correspondente a esse prêmio incluído nos encargos sociais registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$14 (R\$12 em 31 de dezembro de 2018). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$7 (R\$8 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). d) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras: (i) Política contábil: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia. (ii) Dividendos propostos: Não houve distribuição de dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2019, pois a Companhia não apurou lucro líquido no exercício. **21. Receita de venda de mercadorias e serviços:** a) Política contábil: A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, consequentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. Adicionalmente, também deve deixar de ter o controle das mercadorias vendidas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados. As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compra e venda de produtos, em que o usuário independente oferece produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado. Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros. Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto

Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente. b) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019
reapresentado (*)	reapresentado (*)	reapresentado (*)
Mercadorias	25.155	21.966
Financeira operacional	1.742	1.704
Serviços de intermediação	1.027	1.106
Serviços de frete e montagem	390	298
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	28.314	25.074
Tributos sobre mercadorias	(3.537)	(2.316)
Tributos sobre financeira operacional	(80)	(76)
Tributos sobre serviços de intermediação	(131)	(131)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(80)	(59)
Tributos sobre faturamento	(3.828)	(2.582)
Receita líquida	24.486	22.492

	Controladora	Consolidado
31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019
reapresentado (*)	reapresentado (*)	reapresent



VIA VAREJO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 33.041.260/0652-90



☆ continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., em cumprimento aos incisos II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, incluindo o relatório dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S. – datado de 25 de março de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas, com ênfase para a rubrica de Tributos a Recuperar, cujo plano de monetização apresentado pela Administração relativo ao ICMS suscitava a inviabilidade de recuperação de R\$245,5 milhões no período projetado para os próximos dez anos. Recebemos posteriormente um

plano de monetização corrigido pela Administração, sinalizando que o saldo seria integralmente compensado, todavia não foram apresentadas evidências documentais em tempo hábil para a nossa revisão.

São Caetano do Sul (SP), 25 de março de 2020

Eduardo da Silva Flores Presidente	Bruno Meirelles Salotti Conselheiro	Carla Alessandra Trematore Conselheira
---------------------------------------	--	---

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da **Via Varejo S.A. (“Companhia”)**. **1. APRESENTAÇÃO:** O Comitê de Auditoria da Companhia (“**Comitê**”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela Instrução CVM nº 308/99, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 4 (quatro) membros. Em 12 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as seguintes alterações na composição do Comitê: (i) foi consignada a renúncia dos Srs. Rennan Bergmann e Gisélia da Silva; (ii) foi deliberada a substituição do Coordenador do Comitê, passando a ocupar tal cargo o Sr. Marcel Cecchi Vieira; e (iii) foi aprovada a eleição dos Srs. Rogério Paulo Calderón Peres e Luiz Carlos Nannini. O Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia permaneceu como membro na nova composição do Comitê. O mandato dos membros em exercício vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2021. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. **2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:** Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. A composição atual do Comitê, em exercício desde setembro de 2019, reuniu-se 7 (sete) vezes no período de outubro de 2019 a abril de 2020. Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia. As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de outubro de 2019 a abril de 2020 foram: **(a)** Avaliação da estrutura dos seguintes departamentos da Companhia: Governança Corporativa, Auditoria Interna, Controles Internos e Contabilidade; **(b)** Análise e recomendação acerca das informações trimestrais relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019; **(c)** Revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria a fim de

adequá-lo ao disposto na Instrução CVM nº 308. O novo Regimento Interno do Comitê apresenta: (i) melhor detalhamento das competências do Comitê; (ii) inclusão das regras definidas pela Instrução CVM nº 308; (iii) obrigação de avaliação prévia do Comitê de Auditoria, quando da contratação das principais empresas de auditoria para realização de trabalhos de consultoria contábil; e (iv) alteração do reporte da Auditoria Interna, para que seja feito ao Comitê de Auditoria, além de outras; **(d)** Revisão do Regimento Interno do Comitê de Ética, da Política de Brindes e Presentes, indicadores do Canal de Denúncias e planejamento das atividades da área de *Compliance* da Companhia para o exercício de 2020; **(e)** Análise e recomendação acerca das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019; **(f)** Análise dos ajustes contábeis propostos pela Administração da Companhia e recomendação de aprimoramentos. **3. CONCLUSÕES:** Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, bem como relatório de Investigação, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Caetano do Sul, 25 de março de 2020

Marcel Cecchi Vieira Coordenador	Fernando Dal-Ri Múrcia Membro	Luiz Carlos Nannini Membro	Rogério Paulo Calderón Peres Membro
-------------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Via Varejo S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Via Varejo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Investigação independente:** Em 13 de novembro e 12 de dezembro de 2019, foram divulgados pela Companhia fatos relevantes para informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que ao final de setembro e no início de outubro de 2019, a Companhia recebeu denúncias anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia constituiu um Comitê de Investigação, que então contratou assessores externos especializados para conduzir uma investigação independente acerca do assunto (“Investigação”). Em 18 de março de 2020, a Investigação foi concluída pelo Comitê de Investigação. Conforme descrito na referida nota explicativa e no Fato Relevante datado de 25 de março de 2020, como resultado desta Investigação, a administração da Companhia identificou e quantificou determinados ajustes decorrentes de fraudes descritas no relatório dos assessores externos especializados, que foram registrados em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os lançamentos contábeis referentes aos assuntos descritos neste parágrafo, reduziram o resultado do exercício de 2019 e são relacionados principalmente com outros principais assuntos de auditoria descritos neste relatório denominados Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis e Ativos de depósitos judiciais. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à natureza das alegações e magnitude dos valores inicialmente reportados pela Companhia através de Fato Relevante, à avaliação envolver julgamentos significativos da administração na determinação do escopo e alcance da Investigação e nas premissas utilizadas, que contaram com o auxílio de consultores independentes especializados contratados. **Como nossa auditoria endereçou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos critérios utilizados para identificação e mensuração dos valores identificados pela Investigação; (ii) realização de reuniões periódicas com o Comitê de Investigação para discutir a estratégia, o escopo e a evolução dos principais assuntos relacionados à Investigação; (iii) o envolvimento de nossos especialistas de Forensics na revisão dos procedimentos da Investigação realizados pelos assessores externos especializados; (iv) execução de análises e testes de detalhes documentais, em base amostrais, e cálculos relativos aos ajustes identificados na Investigação; e (v) a realização de procedimentos de testes de auditoria específicos para endereçar os temas relacionados à Investigação, bem como envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota 1 às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para endereçar a alegação recebida pela Companhia e seus efeitos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis:** Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas trabalhistas e cíveis totalizou R\$ 1.797 milhões na controladora e R\$ 1.826 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 17.b às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte um número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento de órgãos fiscalizadores, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria endereçou o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos; (iv) envolvimento de nossos especialistas de impostos e atuariais, na análise das probabilidades de perda e matemática do modelo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17.b, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ativos de depósitos judiciais:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.d às demonstrações financeiras, a Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas, e efetuou depósitos judiciais relacionados aos respectivos processos. Normalmente, os referidos processos são encerrados após longo lapso temporal e envolvem não só discussões de mérito, mas também aspectos processuais, em observância à legislação vigente. Em decorrência deste aspecto, o reconhecimento contábil de adições e baixas na rubrica de depósitos judiciais requer um robusto controle por parte da Companhia e seus assessores jurídicos, para que ocorra de forma tempestiva. Devido ao volume significativo de processos, bem como a representatividade sobre o total de ativos da Companhia, consideramos a contabilização dos depósitos judiciais como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria endereçou o assunto:** Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados a esse assunto incluíram, dentre outros: (i) a verificação do relatório que relaciona a posição dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com relação ao desfecho das causas decorrentes dos processos em andamento e encerrados; (ii) leitura e análise de andamentos processuais, em conjunto com a verificação da documentação suporte dos depósitos a eles vinculados; (iii) verificação de documentação que comprove a efetiva baixa dos depósitos judiciais contabilizados e período de competência adequado; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17.d, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS:** Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizou R\$ 2.758 milhões na controladora e R\$ 2.760 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria, pois (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação

às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da administração da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela administração para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos referidos cálculos; e (iii) envolvimento nossos especialistas em impostos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 25 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2020



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2